

O Interesse Cognoscível do Movimento de Gestão Empresarial da Educação

The Knowable Interest of the Education Business Management Movement

Marconi Rocha

Resumo: A última década foi marcada pelo avanço de um movimento reformista da educação pública brasileira que tem apregoado a introdução e incorporação, no interior das escolas, de lógicas de gestão aplicadas a empresas privadas. Com toda a argúcia necessária e utilizando argumentos indefectíveis em prol da eficiência dos sistemas educacionais, os reformistas têm cooptado uma miríade de adeptos em diversos setores da sociedade. Esse manifesto movimento de gestão empresarial da educação tem deixado em evidência a supremacia do interesse privado frente ao interesse público na área educacional. Desse modo, torna-se relevante evidenciar o interesse cognoscível deste movimento que incorpora o pensamento de que a escola que não atender aos interesses do mercado estará fadada ao fracasso. Com esse propósito, foram considerados para estudo diversos textos publicados na última década que tratam do referido assunto. Os textos selecionados foram examinados utilizando-se recursos do software de análise de dados qualitativos e métodos mistos de pesquisa MAXQDA. A partir do exame dos relatórios obtidos com a ferramenta MAXQDA foi possível identificar que o interesse cognoscível dos idealizadores é gerir a escola como uma empresa, obtendo assim o controle do processo educativo da juventude para instalar, definitivamente, a hegemonia das ideias neoliberais na formação de políticas públicas para a educação básica.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Privatização do Ensino; Neoliberalismo; Políticas Públicas.

Abstract: The last decade was marked by the advancement of a reformist movement in Brazilian public education that has advocated the introduction and incorporation, within schools, of management logics applied to private companies. With all the necessary cunning and using indefectible arguments in favor of the efficiency of educational systems, reformists have co-opted a myriad of followers in different sectors of society. This manifest movement towards business management of education has highlighted the supremacy of private interest over public interest in the educational area. In this way, it becomes relevant to highlight the cognizable interest of this movement that incorporates the thought that schools that do not meet the interests of the market will be doomed to failure. For this purpose, several texts published in the last decade that deal with this subject were considered for study. The selected texts were examined using features of the qualitative data analysis software and mixed research methods MAXQDA. From the examination of the reports obtained with the MAXQDA tool, it was possible to identify that the cognizable interest of the creators is to manage the school as a company, thus obtaining control of the youth's educational process to definitively install the hegemony of neoliberal ideas in the formation of public policies for basic education.

Keywords: School Management; Privatization of Education; Neoliberalism; Public Policy.



Introdução

Uma breve revisão de literatura traz à tona um agudo debate sobre o recrudescimento do projeto de privatização da educação básica, intensificado no Brasil por grandes conglomerados empresariais, especialmente a partir dos anos de 1990, com a efervescência das ideias neoliberais e as novas funções atribuídas ao Estado (Freitas, 2018; Ségala, 2018; Dardot, Pierre; Christian Laval, 2016; Oliveira, 2020; Horn, G. B.; Machado, A., 2018; Moura, 2013; Tarlau, Moeller, 2020; Laval, 2019).

Verifica-se que esse projeto de liberalismo econômico voltado para a educação básica retornou como um movimento de resistência mundial avesso à democracia e as teses progressistas propugnando tão somente a instauração do livre mercado como solução escatológica para os óbices de melhoria da qualidade do ensino (Freitas, 2018). Os agentes promotores do neoliberalismo escolar atuam por meio de um estratagema incremental que promove mudanças no sistema de ensino com ações isoladas em setores específicos que só ganham sentido se relacionadas umas às outras (Laval, 2019). A educação básica vai deixando de ser um bem público e adquire cada vez mais o caráter de bem privado comercializável, sofrendo os condicionamentos da lógica empresarial em termos de gestão e de resultados (Laval, 2019). O grupo de empresários por trás dessa proposta se autodenomina um movimento apartidário e plural da sociedade civil brasileira que trabalha para implementar uma gestão empresarial na educação (Freitas, 2018).

De forma natural, a escola pública representa importante fatia de mercado em áreas como tecnologia da informação; produção e venda de material didático; mobiliário escolar; formação de professores; prestação de consultorias; obras; serviços terceirizados de limpeza, conservação, vigilância patrimonial; transporte e merenda escolar. No entanto, vale destacar que a atuação do capital na educação não está centrada apenas na realização de transações comerciais com o setor público, “mas também (e cada vez mais) se centra em transmitir a ideologia empresarial nesse importante espaço de socialização das crianças e dos jovens (futuros trabalhadores)” (Martins, Krawczyk, 2018).



Este é o cenário presente que se descortina no âmago do debate sobre a educação pública no Brasil. Nele é possível verificar a ação preponderante de grupos empresariais que estão definindo os rumos da educação básica em nosso país. Aquele debate sobre os parâmetros curriculares nacionais da década de 1990 deu lugar a um crasso movimento que defende um modelo de gestão empresarial da educação como senda de melhoria da qualidade do ensino (Freitas, 2018). Nesse panorama, é possível divisar uma coalizão liderada por empresários que reúne políticos, entes públicos de todos os níveis, mídia corporativa, pesquisadores, empresas educacionais, institutos e fundações privadas filantrópicas que busca construir uma hegemonia no campo educacional. O projeto desse segmento dominante da sociedade que vem coberto com o manto de filantropia revela a raia gradual da privatização do ensino público. Apresenta-se sob a forma de uma teoria da racionalidade técnica onde as expectativas de aprendizagens são medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da escola (FREITAS, 2018). Esse modelo de gestão tecnicista da educação defendido pelos empresários está sendo erigido à condição de pilar da educação contemporânea (Martins, Krawczyk, 2018).

Freitas (2018) utiliza o conceito reforma empresarial da educação para designar esse poderoso movimento global de reformas educacionais vinculadas à reestruturação produtiva do capital. Através de uma combinação entre padronização, avaliação e responsabilização, organiza-se a educação sob a lógica do livre mercado, instituindo modelos empresariais no funcionamento das escolas acompanhados de medidas graduais de privatização positivadas pela mídia corporativa. Para Laval (2019), o movimento de reforma empresarial da educação foi capaz de cooptar, nas instituições públicas, partidários que enxergam a política reformista apenas como um esforço de modernização para melhorar a eficiência da escola. Contestam qualquer caráter ideológico e político nessa estratégia. Se apresentam como técnicos ou especialistas preocupados exclusivamente com o desempenho. O referido autor também pontua que o poder tecnocrático se recusou a reconhecer o mimetismo do movimento buscando se ajustar às



transformações do sistema econômico e político dominante. O neoliberalismo, tal como é colocado, não se apresenta como uma doutrina e menos ainda como uma ideologia (Laval, 2019).

A reforma empresarial da educação básica tem uma agenda dissimulada no seu discurso da “qualidade da educação para todos” que está além das formas já assumidas. Em outras palavras, trata-se da tentativa de aniquilamento do sistema público de educação por meio de sua conversão em uma organização empresarial entremeada no livre mercado. Dessa maneira, não basta defender o setor público, suficientemente transformado pela construção de um sistema elitizado do qual ele é apenas uma parte. É preciso lutar contra as desigualdades que destroem as bases da escola pública.

Desenvolvimento

Com o objetivo de suscitar perspectivas de compreensão crítica da atuação do movimento de reforma empresarial da educação é que se busca identificar o interesse cognoscível deste movimento que reclama para si a condição de paladino da educação de qualidade para todos. Com esse propósito, a investigação sobre os movimentos de gestão empresarial da educação e o controle do processo educativo da juventude utilizou abordagem qualitativa com objetivo descritivo e análise documental.

O método qualitativo foi selecionado porque permite plasticidade na condução do processo de investigação de questões complexas cujo foco é a interpretação ao invés da quantificação (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008). A abordagem qualitativa somou-se ao objetivo descritivo deste trabalho. Na acepção de Gil (2008, p. 28), pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relação entre variáveis”.

Para esse fim, foram selecionados livros, artigos, e dissertações que tratam do tema da reforma empresarial da educação. Esses documentos foram examinados com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (1979). A referida autora resume o domínio, funcionamento e o objetivo do método ao evidenciar que o termo análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de



análise das comunicações buscando obter, através de procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1979).

Bardin (1979) estabelece três etapas da análise de conteúdo: (1) análise prévia; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos dados, inferência e interpretação. A etapa de análise prévia tem por finalidade organizar os dados, sistematizar as ideias iniciais, formular hipóteses e elaborar indicadores que fundamentem a interpretação final. A etapa de exploração do material consiste na sistematização dos dados em função das regras previamente formuladas. Na terceira etapa da análise de conteúdo os resultados são tratados de maneira a serem significativos e válidos (Bardin, 1979).

Dessa forma, a fase de análise prévia contou com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da reforma empresarial na educação. Foram selecionados 15 documentos, dos quais três livros, nove artigos e três dissertações com corte temporal definido pela última década. Em seguida, a fase de exploração inicial dos documentos permitiu identificar um conjunto de termos recorrentes que foram sistematizados a fim de comporem categorias de análise. Os documentos foram então carregados para o software MAXQDA¹. Nesta fase específica, as categorias de análise foram convertidas em códigos. A partir daí, o software MAXQDA foi utilizado para pesquisar os termos codificados em seus locais específicos nos documentos selecionados. Como resultado, foram geradas listas interativas permitindo exibir os segmentos do texto original contendo os códigos de análise. As demais fases de cunho analítico envolveram a inferência e a interpretação relacionadas aos objetivos centrais desta pesquisa.

A pesquisa bibliográfica sobre a reforma empresarial da educação cobriu um corte temporal de uma década e permitiu selecionar 15 documentos relacionados ao tema listados na Tabela 1.

¹ O software MAXQDA é da família de CAQDAS, sigla para designar “Computer Assisted Qualitative Data Software Analysis”. O software MAXQDA não faz análise qualitativa de dados de pesquisa, apenas oferece uma série de ferramentas de suporte ao trabalho exploratório de documentos de texto, áudio ou vídeo (KUCKARTZ; RÄDIKER, 2019).



Tabela 1 – Lista de Documentos

Nº	Tipo	Documento
1	Livro	A nova razão do mundo - Dardot Pierre e Christian Laval (2016)
2	Livro	A escola não é uma empresa - Christian Laval (2019)
3	Artigo	Três teses sobre as reformas empresariais da educação - Luis Carlos de Freitas (2016)
4	Livro	A Reforma Empresarial da Educação - Luis Carlos de Freitas (2018)
5	Artigo	Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola - Luis carlos de Freitas (2014)
6	Dissertação	Reforma do ensino médio: do discurso do "currículo atrativo aos jovens" aos interesses do capital em crise - Luciane Cristine dos Santos Araújo (2019)
7	Artigo	Os reformadores empresariais da educação - Luis Carlos de Freitas (2012)
8	Artigo	Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais - Luis Carlos de Freitas (2014)
9	Artigo	O consenso por filantropia - Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil – Luis Carlos de Freitas (2020)
10	Artigo	Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso o movimento 'Todos Pela Educação' - Erika Moreira Martins e Nora Rut Krawczyk (2018)
11	Dissertação	"Movimento todos pela educação": um projeto de nação para a educação brasileira - Erika Moreira Martins (2013)
12	Artigo	Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? - Dante Henrique Moura (2013)
13	Artigo	A reforma do ensino médio no discurso neoliberal da liberdade e da qualidade da educação - Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado (2018)
14	Artigo	A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal - Ramon de Oliveira (2020)
15	Dissertação	A atuação do movimento "Todos pela Educação" na educação básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico - Karen de Fátima Ségala (2018)

FONTE: Autor (2023)

A fase de exploração inicial dos documentos tornou possível identificar nos textos um conjunto de termos recorrentes que foram sistematizados a fim de constituírem categorias de análise. Os termos categorizados passaram a compor a nuvem de códigos do software MAXQDA (Figura 1).



Figura 1 – Nuvem de Códigos



FONTE: Autor (2023)

Os termos da nuvem de códigos são subjacentes à doutrina teórica do neoliberalismo sendo utilizados com frequência no meio acadêmico em diversas áreas do conhecimento como sociologia, antropologia, ciência política, economia, geografia, história e filosofia. Além disso, a nuvem de códigos faz referência a uma ampla variedade de termos que têm sido utilizados na definição do conceito de neoliberalismo (Andrade, 2019).

A Tabela 2 apresenta a visão geral dos códigos com as categorias de análise, os códigos, o número de segmentos de textos com os referidos códigos e o número de documentos onde os códigos são recorrentes.

A visão geral dos códigos apresentada na Tabela 2 evidencia centenas de segmentos de textos codificados. Isso descreve uma situação que é comum a de muitos projetos de pesquisa que se propõem a realizar análises qualitativas de conteúdo (Rädiker; Kuckartz, 2020). Diante desse cipoal de dados, as matérias de discussão apresentadas a seguir guardam diretrizes de relevância e brevidade com foco nos objetivos propostos neste trabalho.

Tabela 2 – Visão geral dos Códigos

Categoria de análise	Código	Segmentos codificados de todos os documentos	Documentos
1	Hegemonia	48	8
1	Controle ideológico	14	6
1	Dominação	44	8
2	Capitalismo	276	12
2	Economia de mercado	65	6
2	Neoliberalismo	290	11
3	Qualidade da educação	450	14
3	Política educacional	128	13
3	Gestão	367	14
4	Público e privado	17	6
4	Financiamento da educação	14	5
4	Privatização da educação	17	10

FONTE: Autor (2023)

Na primeira categoria de análise figuram os códigos “*Hegemonia*”, “*Controle ideológico*” e “*Dominação*”.

Os relatórios gerados pelo software MAXQDA permitiram identificar que estes códigos são utilizados pelos autores para representar as convicções da classe empresarial criadas para manter a aparente legitimidade de um sistema de dominação. Importante destacar, neste cenário, que o código “*hegemonia*” pode ser compreendido como exercício da capacidade de direção e liderança política e econômica. Significa, portanto, uma contraposição à mera dominação, em que classes ou segmentos de classe simplesmente impõem seus projetos corporativos às demais frações sociais sem considerar os projetos ou interesses destas (Martins, 2013).

Ségala (2018) destaca que a prática dos indivíduos em sociedade envolve os conceitos de ideologia e de hegemonia. Tais conceitos permitem a compreensão de que o discurso, como componente social, se constitui em relações de poder. Portanto, um determinado discurso proferido é utilizado pela classe dominante como jugo para dominação e controle ideológico.



Neste caso, os apontamentos de Freitas (2014), transcritos em seguida, fixam um dos limites do neoliberalismo que busca o “*controle ideológico*”, a “*dominação*” e a “*hegemonia*” das políticas educacionais.

A centralidade da categoria da avaliação, agora fortemente ancorada também nos processos de avaliação externa na versão dos reformadores empresariais da educação que cada vez mais ganha espaço nos meios educacionais, vem fortalecer o controle ideológico dos espaços da escola, a mando das atuais funções sociais da escola, ou seja, a promoção da exclusão e da subordinação a determinados valores e comportamentos padronizados. Pelo caminho da “exclusão por dentro” criam-se trilhas de progressão diferenciadas que levam os estudantes a diferentes trajetórias de qualificação/desqualificação, legitimando práticas de classificação no interior da escola (abaixo do básico, básico, proficiente e avançado). Pelo caminho da subordinação recuperam-se práticas de controle social conservadoras baseadas na submissão pelo disciplinamento (habilidades socioemocionais). As visões alternativas de organização do trabalho pedagógico no interior da escola vão ficando cada vez mais sem espaço para se manifestar ante o peso avassalador das avaliações externas, consultorias e materiais pré-fabricados que engessam a atividade da escola e se associam a processos de mediação internos, ancorados em uma gestão verticalizada e que funcionam como transmissores daquelas funções sociais de exclusão e subordinação, através de microações que redefinem as relações entre os atores escolares, controlando os objetivos, os conteúdos e os métodos de ensino (Freitas, 2014).

Identifica-se pelo exposto que um dos objetivos dos reformadores para a política educacional é impor seu projeto de dominação e de exclusão. Para isso recorrem a mecanismos de convencimento buscando mascarar seu objetivo de manter a oferta de educação pública para as populações mais pobres restrita aos interesses do mercado (Oliveira, 2020).

A segunda categoria de análise envolve os códigos “*Capitalismo*”, “*Economia de mercado*” e “*Neoliberalismo*”.

Tais códigos são utilizados nos documentos pesquisados em referência ao sistema econômico baseado na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, com o principal objetivo de obter lucro. Por certo, os reformistas de plantão defendem como melíflua que, para se incorporar na sociedade moderna, o indivíduo precisa acreditar no sucesso

do capitalismo e, assim, aceitar em todos os setores da vida social o que determina o mercado. Assim, seguindo a dinâmica de uma sociedade regida pelo capital, a tendência predominante é que a educação também siga os ditames do mercado (Ségala, 2018). Neste ponto Laval (2019) argumenta que sob a lógica da inovação e da modernização, busca-se adequar a escola aos moldes empresariais e tratar pais e estudantes como consumidores. Seguindo esse raciocínio, a avaliação é reduzida a critérios quantitativos, e a função de transmitir a cultura e formar valores comuns dá espaço ao ensino de competências e habilidades ao futuro profissional. A contribuição de Laval (2019) ilumina outro lado do pensamento neoliberal que, mais que nunca, labuta por transformar a educação em mercadoria.

Outra categoria de análise destaca os códigos “*Qualidade da educação*”, “*Política educacional*” e “*Gestão*” que se relacionam ao modelo de administração de empresas voltado para escolas.

Nessa etapa, os documentos pesquisados deixam evidente as assertivas de Pierre e Laval (2016) que a estratégia dos reformadores para o empoderamento da política educacional busca espalhar e sistematizar o espírito de empreendedorismo em todos os domínios da ação coletiva, em particular no serviço público, fazendo da inovação o princípio universal de organização. Todos os problemas são solucionáveis dentro do “espírito da gestão” e da “atitude gerencial” onde os trabalhadores devem olhar para sua função e seu compromisso com a empresa através dos olhos do gestor.

No contexto dos autores citados anteriormente, a política educacional e a gestão escolar devem estar orientadas para a melhoria no aprendizado dos conhecimentos, diminuindo os índices de fracasso escolar. Para tanto, a formação deve se adaptar melhor ao mundo econômico moderno. Laval (2016) repercute ainda que sob a lente dos reformadores o esforço prioritário deve se concentrar na gestão racional dos sistemas escolares, graças a uma série de mecanismos complementares como definição de objetivos claros, coleta de informações, comparação internacional de dados, avaliações e controle de mudanças. Em resumo, os reformistas defendem que mediante a importação de abordagens da gestão empresarial, a gestão escolar deve ser substituída



por formas de organização baseadas na melhoria de qualidade, assim como se faz nas empresas privadas.

A última categoria de análise inclui os códigos “Público e privado”, “Financiamento da educação” e “Privatização da educação”.

A análise dos segmentos codificados nos documentos referenciados na Tabela 1 deixa evidente que os autores convergem por considerar que a proposta dos reformistas é redirecionar o sistema escolar do domínio dos valores culturais para o domínio da lógica do valor econômico. Este novo modelo escolar e educacional que reformistas buscam impor se baseia em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica aniquilando a supremacia do público sobre o privado. Em outras palavras, o discurso dos reformadores está centrado na gestão privada da escola, como apêndice da engrenagem econômica regulamentada pelo mercado, para adaptar a educação pública à demanda social. Todavia, esta roupagem de gestão empresarial é uma forma de ilusão que busca fortalecer o domínio do capital sobre os processos educacionais.

Considerações finais

A análise dos documentos referenciados neste trabalho, realizada com recursos da ferramenta exploratória de textos MAXQDA, permitiu identificar o interesse cognoscível dos idealizadores da reforma empresarial na educação básica: gerir a escola como uma empresa para obter o controle do processo educativo da juventude, instalar a hegemonia das ideias neoliberais na formulação de políticas públicas para a educação básica e alavancar o processo de privatização radical da educação de longo prazo.

O novo modelo escolar e educacional que tende a se compelir está fundado em uma sujeição mais direta da educação básica à razão econômica cujo principal postulado é que as instituições em geral, e a escola em especial, só têm sentido com base no serviço que devem prestar à uma economia de livre mercado. Tal modelo é construído a partir do que se considera como evidência inquestionável de gestão, pois quem pode ser contra a “eficiência” e “modernização”, sobretudo, quem se opõe a “economicidade” na utilização dos



escassos recursos públicos? Com estes termos fabulosos e com esses grandes temas colacionados do mundo das empresas, os reformadores orientam para a redução ou, no mínimo, ao controle dos gastos com educação, onde a ordem primaz é fazer mais com menos. De outra forma, a administração escolar, interessada em racionalizar mais agudamente o ensino na educação básica, toma de empréstimo a verbosidade e as soluções da gestão privada, afirmando que desse modo a escola estará melhor adaptada a atender a “demanda social”.

Enfim, é possível apontar como interesse cognoscível a pretensão dos reformadores da educação básica, que usam de engenhosa estratégia discursiva para assumir a hegemonia do setor educacional, cravando o modelo de gestão empresarial da educação para avocar o controle sobre a formação dos jovens brasileiros.

Referências

ANDRADE, DANIEL PEREIRA. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado** [online]. V. 34, Número 1, Jan/Abr 2019.

BARDIN, LAURENCE. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1979.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada** [online], Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

PIERRE, DARDOT; CHRISTIAN LAVAL. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo. Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cadernos Cedes** [online], Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade** [online], Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, Brasil.



FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade** [online], vol. 33, núm. 119, abril-junio, 2012, pp. 379-404. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, Brasil.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. *Geminal*: **Marxismo e Educação em Debate** [online], Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 206 p.

HORN, G. B.; MACHADO, A. A reforma do ensino médio no discurso neoliberal da liberdade e da qualidade da educação. **Jornal de Políticas Educacionais** [online], Vol. 12, N. 24, nov. de 2018.

KUCKARTZ, UDO; RÄDIKER, STEFAN. **Analyzing Qualitative Data with MAXQDA – Text, Audio, and Video**. Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, Berlin, Germany, 2019.

LAVAL, CHRISTIAN. **A escola não é uma empresa - o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.

MARTINS, ERIKA MOREIRA; KRAWCZYK, NORA RUT. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação** [online], vol.31 no.1 Braga jun. 2018.

MARTINS, ERIKA MOREIRA. **“Movimento todos pela educação”**: um projeto de nação para a educação brasileira. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP:[s.n.] 2013.

MOURA, DANTE HENRIQUE. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa** [online], São Paulo, v. 39, n. 3, jul./set. 2013.

OLIVEIRA, RAMON DE. A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. **Educação UNISINOS** [online], 2020. disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05>>. Acesso em 10 out de 2020.

RÄDIKER, STEFAN; KUCKARTZ, UDO. **Focused Analysis of Qualitative Interviews with MAXQDA - Step by Step**. MAXQDA Press, Berlin 2020, 1st edition.

SÉGALA, KAREN DE FÁTIMA. **A atuação do movimento “todos pela educação” na educação básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2018, 126 f.



TARLAU, REBECCA; MOELLER, KATHRYN. O consenso por filantropia - Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras** [online], v. 20, n. 2, maio/ago. 2020.

Sobre o autor

Marconi Rocha

Rochamarconi2@gmail.com

Mestre em Ensino na Educação Básica pela Universidade Federal do Espírito Santo UFES. Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Faveni (UNIFAVENI). Licenciado em Química pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Professor Efetivo de Química da Rede Pública Estadual do Estado do Espírito Santo na função de Supervisor Escolar da Superintendência Regional de Educação São Mateus (SRESM).

